

§ Negras

As conquistas
nos últimos 30 anos

Capítulo TV

Roland, Edna. "O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: Desafios e Perspectivas". In: *Quilombos*, Antônio S. A. & Huntley, Lynn (Org.). *Tirando a Máscara: Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: desafios e perspectivas

Edna Roland

Este artigo traça uma breve história do movimento de mulheres negras brasileiras, na qual se evidenciam algumas condições de constituição deste novo sujeito político a partir da compreensão das hierarquias de gênero, raça e classe. Enfrentando diversos desafios colocados a partir das suas relações com o movimento negro e com o movimento feminista, a construção de uma articulação das mulheres negras no nível nacional tem sido adiada em função de diferentes interesses políticos que perpassam este movimento social. Os acontecimentos internacionais, todavia, têm impulsionado positivamente a construção deste movimento.

A demarcação dos atores a partir de São Paulo

Esta breve história do movimento de mulheres negras brasileiras parte dos fatos acontecidos no Estado de São Paulo por duas razões: primeiro, porque é este o lugar geográfico a partir do qual me situo e se constitui no meu posto privilegiado de observação; e segundo, pelo impacto que os acontecimentos de São Paulo têm tido na história do movimento no nível nacional.

Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições estaduais, em clima de relativa democracia, após 18 longos anos de ditadura mili-

Em meados da década de 1980 começaram a surgir diversos grupos de mulheres negras, autônomos ou no interior de organizações negras. Além do Coletivo de São Paulo, temos conhecimento da existência dos seguintes grupos no Brasil:

Aqualtune (RJ) — ligado ao Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), tratava-se de um grupo de estudos criado em 1978.

Nzinga/Coletivo de Mulheres Negras (RJ) — talvez o mais antigo grupo autônomo de mulheres negras dos “tempos modernos”, criado em 1983. O Nzinga assumia seu caráter feminista, e dele fez parte importantes figuras como Lélia Gonzalez, que foi também militante do MNU — Movimento Negro Unificado. Participou da organização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras. Editava um boletim, o *Nzinga Informativo*, que chegou ao número 6, em novembro de 1989.

Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra — criado em 1986, seu nome inspirou-se no Coletivo de São Paulo. Foi criado por mulheres oriundas do movimento de mulheres, partidos políticos e casas de candomblé, com o objetivo de oferecer um espaço próprio para as mulheres negras. Desenvolve atividades na área de violência e saúde. Conta com um departamento jurídico para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, sexual e racial, oferecendo inclusive apoio psicológico. Dispõe de uma livraria e de um centro de documentação com 3 mil exemplares relacionados à questão da mulher e à questão racial. Atua também na área de mídia e formulação de políticas públicas.

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa — criado em 1986 no Maranhão, quando algumas mulheres do Centro de Cultura Negra do Maranhão voltaram do 2º Encontro de Negros do Norte/Nordeste realizado em Aracaju, Sergipe, com a proposta de criação de um grupo de mulheres negras⁴. Posteriormente o Mãe Andresa tornou-se um grupo independente e autônomo. Tem desenvolvido atividades principalmente no campo da saúde, tendo conduzido uma pesquisa sobre a esterilização de mulheres negras no Maranhão e realizado um Fórum Norte-Nordeste contra a Esterilização em Massa de Mulheres Negras.

Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFPP) — fundado no Rio de Janeiro em 1986, após a realização do 1º e 2º Encontros de Mulheres de Favela e Periferia, com o objetivo de dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres das comunidades, contribuindo para a sua autonomia. O CEMUFPP atua nas áreas de saúde e educação, desenvolvendo atividades no campo da psicologia e psicopedagogia em creches; oferece reforço escolar para crianças da 1ª à 4ª séries. Trabalha numa perspectiva de combate ao racismo e à discriminação contra a mulher.

Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo — existiu de 1987 a 1982 e participou do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença, desenvolvendo atividades nas escolas, trabalhando a auto-estima das crianças negras, e nos postos de saúde e periferias, desenvolvendo oficinas sobre saúde, aborto, e esterilização⁵.

Maria Mulher — grupo do Rio Grande do Sul, criado em 1987, realizou intervenções objetivando que os movimentos negro e feminista assumissem a discussão sobre a mulher negra. Participa ativamente nos fóruns de discussão sobre a mulher e atua nas áreas de saúde, educação e cidadania. Realiza trabalho na área de saúde reprodutiva, buscando sensibilizar as mulheres quanto aos seus direitos, orientando-as para o exercício da cidadania, exigindo atendimento médico adequado.

Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte — grupo criado em 1987 a partir de mulheres de diversas organizações negras e mulheres independentes. Em 1993 passou a denominar-se *Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte*. A partir da formação profissional das suas integrantes, atua nas áreas de história, educação, saúde e violência, confeccionando material educativo e realizando oficinas nas escolas públicas e outros equipamentos sociais. Oferece oficinas de tranças, dança e relaxamento.

Geledés — Instituto da Mulher Negra — criado em 1988, por um grupo que pertenceu anteriormente ao Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Estruturado inicialmente em três programas, Direitos Humanos, Saúde e Comunicação, o Geledés conta com uma assessoria jurídica para combater a discriminação racial, um projeto de capacitação de jovens de baixa renda e desenvolve trabalho político-cultural com jovens *rappers*. Foi o primeiro grupo

de mulheres negras no Brasil a criar um programa de saúde, que desenvolveu atividades no campo da saúde reprodutiva e prevenção de AIDS, influenciando diversos grupos a assumirem a temática da saúde. Edita os *Cadernos Geledés* e publicou também quatro números da revista *Pode Crê*, dirigida aos jovens *rappers*.

Comissão de Mulheres Negras de Campinas (Estado de São Paulo) — criado em 1989, por mulheres negras oriundas de diversos movimentos sociais tais como o movimento negro, o movimento feminista, o movimento sindical, os partidos políticos e o movimento dos sem-teto. Em 1992, o grupo é renomeado *Comissão de Mulheres Negras Laudelina de Campo Mello*, em homenagem à fundadora da Associação de Empregadas Domésticas de Santos, figura importante no movimento negro e movimento sindical. Fiel a esta tradição, a Comissão desenvolve atividades no campo sindical e também trabalha com jovens e adolescentes, desenvolvendo oficinas de sexualidade e saúde⁶.

Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal — formado em Brasília, em 1990, por um fórum de mulheres de diversas organizações negras, sindicatos e movimentos sociais, que resultou do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, o Coletivo veio posteriormente a constituir-se enquanto uma entidade. Tem como objetivo combater a discriminação racial e de gênero contra a mulher negra. Atua na área de violência doméstica e discriminação racial. Integra o Fórum de Mulheres do Distrito Federal e trabalha nas comunidades periféricas, desenvolvendo oficinas com jovens e famílias.

Coletivo de Mulheres Negras de Salvador — constituído por mulheres pertencentes a diversas organizações negras e independentes. O Coletivo de Salvador participou da organização do 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras e do 2º Seminário Nacional de Mulheres Negras.

Criola — criado em 1992 por um grupo de mulheres negras que pertenceu anteriormente ao Programa de Mulheres do CEAP — Centro de Articulação de Populações Marginalizadas — e a diferentes organizações negras e instituições governamentais que atuam em serviços de proteção à criança e ao adolescente. O Criola trabalha com formação e informação, desenvolvendo atividades nas áreas de saúde, violência, cultura e direitos. Trabalha com crianças, ado-

lescentes e mulheres negras, estimulando a auto-estima e abordando temas de gênero, raça e classe.

Eleeko — Instituto da Mulher Negra — criado em 1993, após a realização do Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, organizado pelo Programa de Saúde do Geledés em Itapeccerica da Serra. Em 1994 torna-se um programa do *Griot — Centro Pedagógico pela Reterritorialização Negra*. Tem como objetivo lutar pela qualidade de vida e por políticas públicas em relação a gênero e etnia. Atua na formação de agentes de saúde, grupos de auto-ajuda e confecção de bonecas negras.

Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu — fundada em 1995 no Espírito Santo, por mulheres que vieram do movimento negro, movimento de mulheres e movimento popular, na sua maioria educadoras. Oborin Dudu desenvolve oficinas nas áreas de saúde e educação, dança e elaboração de tranças. Tem atuado sobre a questão da esterilização de mulheres negras e prestado serviços a outras organizações de mulheres em geral.

Quilombolas — grupo de Campinas, criado em 1996 por mulheres que pertenceram à Comissão Laudelina de Campos Mello. Desenvolve atividades com mulheres, adolescentes, idosos e remanescentes de quilombos, sobre temáticas como: identidade, sexualidade e saúde. Tem participado da organização do Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), que acontece anualmente, de forma itinerante, em cidades do Estado de São Paulo.

FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras — criado em 1997, pela equipe que constituiu o Programa de Saúde do Geledés. É nomeado a partir da revista *Fala Preta!*, editada pelo Projeto Salva-Vidas, projeto de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. A *Fala Preta!* tem como objetivo a luta contra todas as formas de violência e a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano sustentável. Além de grupos de auto-ajuda, projetos educativos e de pesquisa, com uma perspectiva étnica e de gênero, na área de saúde, a *Fala Preta!* conta também com uma área de educação que atua no sistema formal de ensino e um centro de documentação. Publicou a cartilha *Anemia Falciforme: Anime-se, Informe-se* em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Temos conhecimento ainda da existência, mas não obtivemos informações, dos seguintes grupos: Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso e Coletivo de Mulheres Negras do Piauí.

Diversas outras organizações negras têm desenvolvido programas e atividades voltadas para as mulheres, ou participado das articulações do movimento de mulheres negras, tais como: Movimento Negro Unificado (MNU), Unegro, Grupo União e Consciência Negra, Agentes de Pastoral Negros, Casa Dandara (MG), Soweto (SP), Níger Okan (BA), Olodum (BA), Sociedade, Apoio, Comunicação e Informação (SACI, SE), CEAP (RJ), Centro Solano Trindade (PE), Centro de Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Malungos (PB), Centro de Cultura Negra (CECUNE, RS), etc⁷. O MNU, cuja fundação se constitui num marco político para a história do movimento negro brasileiro, dedicou espaço para a questão da mulher em diversos documentos e programas de ação aprovados nos seus congressos.

Alguns grupos feministas têm também dado atenção à questão das mulheres negras, criando espaços para os negros em suas organizações, em suas publicações, tematizando a cor e a raça nos seus serviços. Temos conhecimento da União Brasileira de Mulheres (UBM), da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), da União de Mulheres do Município de São Paulo e do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. A Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos indicou um membro do seu conselho diretor com base no critério de raça/etnia.

Em alguns estados foram criados fóruns estaduais de mulheres negras, abertos à participação de todas as mulheres negras, com o objetivo de encaminhar propostas comuns. No Rio de Janeiro o fórum estadual permanece atuante enquanto o de São Paulo teve o seu funcionamento suspenso após o 1º Seminário Nacional de Mulheres Negras (1993). Após esta suspensão, algumas forças políticas constituíram uma Articulação de Mulheres Negras do Interior, que veio posteriormente a ampliar-se para Articulação de Mulheres Negras do Interior e da Capital, mas que não tem, todavia, o caráter plural dos fóruns.

De meados da década de 1980 para cá foram realizados dois Encontros Nacionais de Mulheres Negras, dois seminários nacio-

nais, diversos encontros estaduais em diversos estados e duas reuniões nacionais.

Além de articular-se como organização política independente, o movimento de mulheres negras vem tendo uma presença crescente no cenário nacional e internacional do movimento de mulheres. Uma expressão desse crescimento pode ser constatada em relação às Conferências da ONU, realizadas na década de 1990.

Embora algumas mulheres negras tenham participado da organização do *Planeta Fêmea*⁸ por ocasião da (United Nation Conference on Environment and Development) UNCED, não houve uma participação organizada enquanto setor, com objetivos e estratégias definidas. Garantiu-se a presença de uma mulher negra em um dos principais painéis realizados no *Planeta Fêmea*. O fato de que a conferência aconteceu no Brasil, permitiu a presença de mulheres negras brasileiras, principalmente da própria cidade do Rio de Janeiro, nas diversas oficinas programadas.

Por ocasião da Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena, a presença de mulheres negras brasileiras foi bastante reduzida, tanto na conferência quanto no processo anterior de preparação, não tendo havido uma expressão específica seja em documentos ou eventos.

A partir da preparação para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, no Cairo, começa a emergir a presença organizada das mulheres negras. Por iniciativa do Programa de Saúde do Geledés — Instituto da Mulher Negra, que então coordenávamos, realizou-se o Seminário Nacional “Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras”, em 1993, do qual participaram 55 lideranças pertencentes a organizações de mulheres negras, organizações negras, organizações feministas, universidades, serviços de saúde, parlamento, etc. Deste seminário resultou a Declaração de Itapecerica da Serra, documento que se constitui num marco do movimento de mulheres negras brasileiras.

Este documento, escrito consensualmente por praticamente todas as forças políticas atuantes no movimento, define as nossas posições em relação a uma série de questões. As mulheres negras brasileiras recusaram a posição patriarcal dos neomalthusianos, que responsabilizam o crescimento da população pela pobreza, a fome

e o desequilíbrio ambiental, e identificaram a perversa distribuição de renda e a concentração da terra como os verdadeiros responsáveis pelo quadro de miséria no país. Neste documento fundamental, as mulheres negras declararam que a liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas, reivindicando do Estado as condições necessárias para que possam exercer a sua sexualidade e os seus direitos reprodutivos, controlando a sua própria fecundidade. Ademais, este documento considera como fundamental para garantir os direitos amplos de cidadania a existência de políticas públicas globais de emprego, abastecimento, saúde, saneamento básico, educação e habitação. À mera queda da fecundidade, que se constitui por vezes em objetivo de governos e organismos internacionais, as mulheres negras brasileiras opuseram o direito pleno à vida e à felicidade (GELEDÉS, 1993).

O peso da Declaração de Itapeccerica foi tal que legitimou a participação de uma delegação de mulheres negras no Encontro "Nossos Direitos no Cairo", em Brasília, em 1993 e na Conferência "Saúde Reprodutiva e Justiça", no Rio de Janeiro, em 1994. Diversos itens da Declaração foram incorporados ao Relatório Oficial do governo brasileiro e certamente contribuiu para que a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos indicasse uma mulher negra para representá-la no Cairo. A presença organizada das mulheres negras brasileiras no Rio de Janeiro motivou também um convite para integrarmos um painel internacional de mulheres negras no Fórum de ONGs paralelo à 3ª Conferência Preparatória à Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, que se realizou em Nova York, em abril de 1994, o qual foi realizado também no fórum paralelo à própria Conferência, no Cairo, em setembro de 1994.

É sintomático que a única vez em que o movimento de mulheres negras brasileiras logrou elaborar um documento político próprio tenha sido no campo da saúde e direitos reprodutivos. A importância que esta temática adquiriu no interior do movimento pode ser avaliada analisando-se os temas trabalhados pelos grupos referidos anteriormente. Além do trabalho teórico, político e educativo realizado pela antiga equipe do Programa de Saúde do Geledés, cuja influência já foi referida acima, deve ser acrescentado a existência de

equipes de pesquisadoras, tais como o Programa de Saúde Reprodutiva da Mulher Negra, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade de Campinas (UNICAMP), responsáveis pela produção de informações que alimentaram o movimento de mulheres negras. Outros fatores importantes foram a relevância da temática da saúde no movimento feminista e nos movimentos populares (constituindo, assim, um pólo de influência) e a existência de fontes de financiamento tanto nacionais quanto internacionais.

Em 1990, o Programa de Saúde do Geledés retomou o debate político sobre o problema da esterilização cirúrgica de mulheres no Brasil, tema que àquela altura não entusiasmava o movimento feminista, que o considerava um tema já desgastado e sem solução, em face das milhões de mulheres esterilizadas, principalmente via partos cesáreos, tendo em vista a ilegalidade da prática em face das leis brasileiras. Antevendo a importância que o tema iria adquirir na conjuntura, o Programa de Saúde do Geledés foi lançado em 1991 com um debate sobre A Esterilização de Mulheres no Brasil, e o lançamento simultâneo de dois cadernos: *Mulher negra e saúde e Esterilização: impunidade ou regulamentação?*

A posição política defendida então pelo Programa de Saúde do Geledés foi alvo de críticas, tanto internas, quanto externas, na medida em que se diferenciava da visão tradicional do Movimento Negro de considerar a esterilização, em si, pura e simplesmente, como um instrumento do genocídio do povo negro. Recusando uma posição que chegava ao cúmulo de considerar que *era tarefa política das mulheres negras terem filhos*, o Programa de Saúde considerava que tal visão não incorporava a discussão do conceito de direitos reprodutivos, prendendo-se unicamente aos resultados demográficos das práticas contraceptivas, sem levar em conta as necessidades e desejos das mulheres em relação à sua prole. Considerava também tal visão simplista, que podia ser suficiente para declarações públicas, mas inadequada para lidar com o dia a dia das mulheres e de fato compreender um fenômeno complexo, multicausal, que requeria a formulação de políticas públicas, adequação de serviços de saúde, educação das mulheres, campanhas de mídia, etc.

Por outro lado, o Programa de Saúde também discordava de setores do movimento feminista que acentuavam, na discussão da esterilização, os aspectos da rebeldia e da recusa radical à maternidade, considerando que nas condições das mulheres negras e pobres ela expressava, muito mais, a ausência de liberdade, a ausência de escolha. Enquanto estes setores queriam liberar a esterilização, o Programa de Saúde queria regulamentar, para coibir os abusos e estimular outras alternativas.

Este debate político acerca da esterilização, que não foi consensual no interior do movimento de mulheres negras, constitui talvez um debate embrionário acerca das possibilidades do movimento de mulheres negras vir a ser um sujeito em si, capaz de produzir uma visão própria, diferenciada das matrizes teóricas e políticas tanto do Movimento Negro quanto do Movimento Feminista.

Avanços e bloqueios nas articulações políticas

Em setembro de 1994 ocorreu em Salvador, Bahia, o 2º Seminário Nacional de Mulheres Negras, que tinha, entre outros objetivos, o de deliberar sobre as formas de organização nacional das mulheres negras (Fórum de Mulheres Negras no Estado de São Paulo, 1993).

Segundo Ribeiro (1995), embora se tenha continuado o “debate sobre a construção da Rede Feminista de Mulheres Negras, constatou-se a impossibilidade de implementação dessa proposta pelo desconhecimento ou pelo ceticismo por parte de alguns setores” com relação a esta forma de organização. Ribeiro afirma também que “foi aprovada a proposta de uma Articulação de Mulheres Negras, com estrutura e formato a serem definidos” (: 1995).

Dada a ausência de definição, o fato é que após o 2º Seminário de Salvador, desarticulou-se o processo nacional de organização que tomara impulso com o Seminário de Itapeverica da Serra e o 1º Seminário Nacional (Atibaia, 1993).

Após 1994 ocorre um paradoxo no movimento de mulheres negras no Brasil: por um lado, interrompe-se o processo de articulação política das instâncias próprias do movimento; por outro, há um claro crescimento da presença das mulheres negras em espaços

ligados ao movimento de mulheres e um reconhecimento, pelo menos formal, da necessidade da questão de gênero ser contemplada nos espaços do movimento negro, que passa a considerar as mulheres como um setor importante do movimento.

Apesar da interrupção do processo de articulação, o crescente desejo de participação política das mulheres negras se expressou através de outros canais, possibilitado pela mobilização do movimento de mulheres em geral em torno dos preparativos para a 4ª Conferência Mundial da Mulher, que se realizou em Beijing em 1995, e impulsionado pela existência da Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latinas, que realizou o seu 2º Encontro, na Costa Rica, em dezembro de 1995. Dessa forma, os acontecimentos no cenário internacional determinaram a dinâmica do movimento, apesar da obstrução que se deu na organização política no nível nacional. Pode-se observar também o crescimento da temática relativa à mulher negra em outros espaços políticos, tais como no movimento sindical e nos partidos políticos.

As mulheres negras tiveram grande visibilidade no processo de preparação para a Conferência de Beijing. Estiveram presentes nos fóruns de todos os Estados e compareceram em grande número na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, que se realizou no Rio de Janeiro em junho de 1995; ademais, participaram enquanto expositoras ou relatoras em todos os seminários do processo oficial. A referência à temática racial foi incorporada tanto na Declaração das Mulheres Brasileiras para a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher quanto no documento oficial do governo brasileiro. Em Beijing, o governo brasileiro, acatando a posição defendida pelas mulheres negras e suas aliadas brancas das ONGs, sustentou o reconhecimento da discriminação racial enquanto um grave problema que atinge grande parte das mulheres do mundo.

Algumas mulheres negras presentes em Beijing assumiram o compromisso com a Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latinas de encaminhar o processo de definição da representação brasileira ao 2º Encontro da Rede. Apesar das dificuldades políticas enfrentadas, que resultaram no fato de que a delegação brasileira compareceu à Costa Rica sem um documento que apresentasse um posicionamento em relação às temáticas do encontro, 29 brasileiras estiveram presen-

tes, constituindo-se na maior representação. Diversos problemas de procedimento enfraqueceram a participação das mulheres brasileiras, impossibilitando que o Brasil pudesse aceitar sediar a Rede de Mulheres para o próximo triênio.

Em duas reuniões nacionais realizadas em Campinas (abril) e Belo Horizonte (setembro) em 1997 foi indicada a representação da Regional Brasil da Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latinoamericanas e decidida a realização do 3º Encontro Nacional de Mulheres Negras, antes do ano 2000. Todavia, a discussão política sobre formas de organização nacional permaneceu em compasso de espera: a Reunião Nacional de Belo Horizonte, convocada explicitamente para este fim, não aprofundou a discussão política, nem abordou os problemas que impedem o encaminhamento dessa questão, preferindo assumir uma posição indefinida, considerando *legítimas todas as formas de organização apontadas: rede, articulação, CONEN⁹, etc.* Tal indefinição é, na verdade, o resultado da conjugação de diferentes interesses que vão desde setores que não incorporam a dimensão de gênero e que propõem a organização das mulheres negras no interior do movimento negro, através da CONEN, passando por setores que procuram diminuir a importância da articulação autônoma das mulheres negras e que pretendem influenciar o movimento a partir das redes feministas gerais, até setores que não apóiam a organização autônoma das mulheres negras em função de disputas políticas circunstanciais. Além desses três setores aos quais não interessa, no momento, a organização autônoma das mulheres negras, existem outros que permanecem fiéis a esta proposta. Diante da força da inércia representada pelos três primeiros setores descritos acima, as possibilidades de articulação nacional parecem poder envolver apenas parte do movimento.

Já em 1992, um documento do Fórum de Mulheres Negras de São Paulo (Ribeiro, et al., 1992) identificava a existência das seguintes dificuldades: definição de bandeiras de luta consensuais, dos fóruns deliberativos e do papel dos encontros; encaminhamento das propostas e deliberações dos encontros nacionais; consolidação de fóruns de representação da organização de mulheres negras, em nível estadual e nacional; definição de critérios de representação política das mulheres negras.

O Fórum Estadual de São Paulo demonstrava a sua preocupação com os pontos de estrangulamento do movimento, apontando para o fato de que havia diferentes entendimentos de uma série de questões, tais como: autonomia, cooperação nacional e internacional, relação estabelecida com outros setores do movimento social, relação com o feminismo.

Algumas reflexões finais

A meu ver, o processo de organização nacional das mulheres negras tem sido obstaculizado por alguns problemas:

- a) diferenças de concepção acerca do movimento de mulheres negras;
- b) a concepção de que a mulher negra é um tema “específico”, seja do movimento negro ou do movimento de mulheres;
- c) dificuldades de relacionamento entre as diversas tendências e organizações existentes;
- d) dificuldades de legitimação e validação de lideranças;
- e) interferências de outros setores no movimento de mulheres negras.

Com relação às diferenças de concepção, tem se destacado a contradição entre os setores que consideram que o movimento de mulheres negras deve organizar-se autonomamente, definindo a sua própria agenda política a partir das suas necessidades políticas e os setores que consideram que o movimento de mulheres negras é *específico*, mas parte do movimento negro, devendo subordinar a sua agenda a este movimento, considerado *mais geral*. Atualmente, parece surgir também, no interior do movimento, interesses em subordiná-lo às instâncias do movimento feminista. Por outro lado, as diferentes origens das mulheres do movimento — oriundas do movimento negro, do movimento de mulheres, do movimento sindical e de outros movimentos populares, de setores religiosos, de partidos políticos, de núcleos universitários, etc., tornam bastante complexas as relações, na medida em que estas diferentes origens expressam diferentes concepções e interpretações da realidade, com diferentes graus de ênfase nas hierarquias de raça, gênero e classe. A discussão sobre autonomia é emblemática dessas diferenças de concepção. Além dos

setores que acham que o movimento de mulheres negras não deve subordinar-se a qualquer outro, outros setores têm uma outra definição de autonomia, que é dada pela sua posição política. Nos anos 80, quando a oposição se constituía, autonomia significava não estar dentro de nenhum organismo governamental (federal, estadual, municipal). Hoje, quando existem diversos governos de esquerda, principalmente no nível municipal, a participação em tais governos não é vista como contrária a autonomia do movimento. Da mesma forma, depender do apoio de tais governos para a organização de encontros e reuniões do movimento também não é sentido por estes setores como um pecado contra a autonomia: as baterias de tal concepção voltam-se para o apoio da cooperação internacional. Não se sabe como este setor responde ao fato de que tanto o Movimento dos sem-terra quanto a Central Única dos Trabalhadores também recebem apoio da cooperação internacional... Tais concepções etnocêntricas, em que os eleitos são os bons e os outros são conspurcados pela mancha do pecado original, contribuem para a divisão interna do movimento.

A maioria das mulheres que têm participado dos eventos políticos do movimento têm sua origem no movimento negro. Os métodos e práticas políticas deste movimento, de natureza dura e aguerrida, têm se manifestado freqüentemente no movimento de mulheres negras. Nos últimos tempos é também crescente o número de mulheres sindicalistas que surgem no movimento a partir da criação das comissões e grupos anti-racistas dos sindicatos e das centrais sindicais.

O movimento tem enfrentado dificuldades de articulação na medida em que a cooperação requer o reconhecimento e a validação de pessoas, organizações e forças. Diversos momentos de construção do movimento enfrentaram limites determinados pela competição e disputas pela hegemonia política. Uma contradição freqüente é a contradição regional, que se estabelece entre os estados do Norte-Nordeste e os do Sul-Sudeste, determinada pelas diferenças das condições mais gerais da sociedade brasileira. O maior acesso a informações e recursos que, por vezes, marca os grupos do Sudeste é vivido como uma ameaça pelos grupos do Norte-Nordeste, que temem a sua hegemonia. Por outro lado, observa-se também diferenças e contradições entre as organizações criadas a partir do modelo

de associações de voluntárias(os) e as organizações não-governamentais, que contam com quadros profissionalizados. Por outro lado, as mulheres que vêm de organizações do movimento negro tendem a favorecer uma concepção vertical e centralizadora de organização que, a exemplo do que acontece no interior do movimento negro, não favorece a participação das mulheres. Ainda não foi possível se perceber que todo o movimento perde ao não se estabelecer as alianças possíveis entre todas as forças políticas existentes. Infelizmente, a Reunião Nacional de Mulheres Negras realizada em Belo Horizonte não conseguiu superar tais impasses.

O movimento vive um momento paradoxal: adquiriu uma relativa visibilidade social junto a determinados setores, tais como o governo, os organismos internacionais, a mídia e os outros movimentos sociais, mas não tem sido capaz de processar as suas diferenças internas de modo a contar com espaços legítimos de representação. Tal momento representa um risco para o movimento na medida em que, ainda que de forma efêmera, pode ocorrer a ocupação do espaço vago por algum ator sem o respaldo de uma discussão política substancial acerca dos objetivos e estratégias do movimento.

Parece-me que a visão que considera ser a mulher negra uma questão “específica” acaba por se constituir num obstáculo para o processo de organização das mulheres negras, pois tal visão parte da premissa de que existiria uma questão geral, seja ela *os negros* ou *as mulheres*, da qual as mulheres negras são parte. Tal visão impede o movimento de mulheres negras de se perceber e se construir enquanto um sujeito político em si e para si, capaz de pensar os problemas e as soluções a partir das suas necessidades. Com isso, não pretendo negar que, sem dúvida, somos *negras e mulheres*, apenas reivindico que as *mulheres negras* têm existência própria e devem autodeterminar-se enquanto sujeito. Reivindico a autodeterminação das mulheres negras porque acredito que esta categoria política é constituída por duas dimensões hierárquicas essenciais da nossa sociedade e por mais que desejemos contar com a solidariedade dos nossos companheiros negros e das nossas companheiras brancas, eles se beneficiam dessas hierarquias! Portanto, as nossas relações serão provavelmente sempre permeadas por contradições.

Ao não se assumir enquanto um sujeito pleno, o movimento de mulheres negras tem se fragilizado politicamente, permitindo interferências que promovem irrupções periódicas e bloqueiam a discussão política. Com essa posição não pretendo que o Movimento de Mulheres Negras (MMN) se isole e se afaste do movimento negro ou do movimento de mulheres. Também não desconheço que diferentes posições políticas representadas pelos partidos políticos ou centrais sindicais poderão atuar e se manifestar no interior do movimento. O que reivindico é que tais forças políticas respeitem a autonomia do movimento e que as suas militantes se percebam enquanto parte desse rio caudaloso que constitui quase metade das mulheres brasileiras.

A diversidade é riqueza; sufocar a expressão de um novo agente político em nada engrandece os nossos aliados naturais, que dessa forma estariam apenas demonstrando que lamentavelmente reproduzem o pensamento totalitário, etnocêntrico e patriarcal de que também são vítimas.

Agradecimentos pelo inestimável apoio para a elaboração deste trabalho.

A Fátima Oliveira, que deu acesso ao seu valioso acervo pessoal de documentos do movimento de mulheres negras.

A Milton Barbosa, do Movimento Negro Unificado, que enviou diversos documentos do MNU.

Às pessoas e organizações que gentilmente forneceram informações sobre sua história e atividades — Jurema Werneck, do Criola, Regina Nogueira, do Griot, Maria Alice, do IPCN, Alzira Rufino, da Casa de Cultura da Mulher Negra, Joana Angélica, do CEMUFP, Edileuza de Souza, do Oborin Dudu, Benilda Brito, do Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, Cristina Guimarães, do Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal, e Vera Lopes, do Maria Mulher, de Porto Alegre.

A Elisabete Aparecida Pinto e Rosa Vani Pereira, companheiras da FALA PRETA!, pela leitura crítica e valiosas sugestões.

Notas

1. Temos conhecimento de que pelo menos o Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras, do Rio de Janeiro — é anterior ao Coletivo de São Paulo.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão oficial do governo brasileiro encarregado de realizar o censo e outros levantamentos populacionais.
3. Comunicação que apresentei no painel sobre Mercado de Trabalho e que inspirou posteriormente o trabalho de Sueli Carneiro e T. Santos, *Mulher Negra* (São Paulo, Nobel/CECF, 1985).
4. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Centro de Cultura Negra do Maranhão, texto para subsidiar discussões do Seminário Nacional de Mulheres Negras, s.d.
5. Segundo texto sem título do grupo, 1994.
6. Conforme folheto do grupo.
7. Tal listagem não pretende ser exaustiva, baseia-se tão-somente no conhecimento pessoal da autora, que não teve a possibilidade de realizar uma pesquisa junto às organizações do movimento negro.
8. Tenda organizada pelo movimento de mulheres no Fórum das ONGs paralela à Conferência Internacional de Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.
9. CONEN — Coordenação Nacional de Entidades Negras — se refere a todas as organizações negras e não apenas as de mulheres.

Referências Bibliográficas

- FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1993. *Relatório do 1º Seminário Nacional de Mulheres Negras*, São Paulo, mai. 1993 mimeo.
- RIBEIRO, M. 1995. "Mulheres Negras Brasileiras: De Bertioga a Beijing", *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2.
- RIBEIRO, M. et. al. Comissão do Fórum de Mulheres Negras de São Paulo. *Reflexões sobre o processo de organização das mulheres negras*.

GELLEDÉS. 1993. *Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras*, Declaração de Itapocericca da Secretaria das Mulheres Negras Brasileiras, São Paulo, Geledés — Instituto da Mulher Negra/Programa de Saúde, p. 4-5.